

Dificuldade do aleitamento materno e a influência no desmame precoce em famílias carentes

Rafaella Francisca Borges¹, Isabella Ribeiro Ferreira¹, Marcos Paulo Augusto Cora¹, Ricardo Santana Moura¹, Iasmim Linhares da Silva¹, Marluce Martins Machado da Silveira²

1. Discente do curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás UniEVANGÉLICA.
2. Docente curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás UniEVANGÉLICA.

RESUMO: O aleitamento materno, realizado tanto de forma exclusiva quanto complementar, apresenta-se como um agente de fundamental importância não apenas para a nutrição do recém-nascido, mas como um meio de desenvolvimento da imunidade infantil. No entanto, apesar de a amamentação possuir diversos benefícios, a sua prática não possui uma adesão integral da população. Dessa forma, essa mini revisão tem o objetivo de compreender a relação entre os fatores que interferem na amamentação e predispõem ao desmame em famílias de baixa renda. Com relação a metodologia, foi realizada uma revisão integrativa com 5 artigos, tendo como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos 10 anos, em português e gratuitos, acerca dos critérios de exclusão foram definidas produções acadêmicas diferentes de artigos, publicadas antes de 2012 e com idiomas que diferem da língua portuguesa. Os resultados obtidos a partir da análise dos artigos foi que diversos fatores sociais, como escolaridade materna, profissão, mito do pouco leite e leite fraco, interferências familiares e condições financeiras afetam a manutenção do aleitamento materno. Desse modo, foi possível concluir que existem diversos fatores relacionados à interrupção parcial ou definitiva da amamentação.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Desmame precoce. Baixa renda.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo e continuado se mostra relevante não somente à saúde do recém-nascido, mas assegura um forte vínculo na relação entre mãe e filho. De acordo com a OMS, recomenda-se que a criança receba o leite da mãe até os dois anos de idade, sendo que a prática exclusiva do aleitamento materno ao recém-nascido deve ocorrer até os seis meses de idade. Isso ocorre, pois, o leite de origem materna possui um elevado valor nutricional, tornando-o capaz de suprir as necessidades alimentares, imunológicas e emocionais para o correto desenvolvimento do bebê. Além das vantagens trazidas à criança, o aleitamento materno é capaz de beneficiar a mãe, uma vez que essa prática pode reduzir a incidência do câncer de mama e de ovário, prevenindo ainda a osteoporose. Ademais, o ato da amamentação ainda promove a sustentabilidade ao planeta, visto que a partir dessa prática há redução no desmatamento para a criação de gado leiteiro (OLIVEIRA et al., 2015; ANDRADE; PESSOA; DONIZETE, 2018).

Dessa forma, a partir da década de 1980, foram estabelecidas ações em prol da amamentação, tais como a realização de campanhas publicitárias, treinamento dos profissionais da saúde e criação de leis trabalhistas às mães. Exemplo disso, é o Programa Nacional de Aleitamento Materno (PNIAM), que foi criado em 1981, com o objetivo de apoiar a amamentação nas diversas comunidades brasileiras a partir de ações envolvendo a promoção e o reconhecimento da amamentação. Todo esse trabalho de divulgação do aleitamento se fez devido ao reconhecimento incontestável de que a melhor e mais adequada forma de nutrir o recém-nascido é a partir do aleitamento materno (LEAL et al, 2014; ZAVA; CONTARINE; BAPTISTINI, 2020).

Apesar de todo esforço envolvido na promoção do aleitamento materno exclusivo, o índice nacional dessa prática é relativamente baixo. No Brasil, a quantidade de crianças em aleitamento materno exclusivo até os 6 meses está bem abaixo das recomendações da UNICEF, da OMS e do Ministério da Saúde, o que torna a situação alarmante. Isso ocorre, principalmente, devido à má distribuição de renda vivenciada pela população brasileira, prejudicando as famílias mais carentes quanto à manutenção do aleitamento. Isso pode ser exemplificado pelo Estudo Nacional de Alimentação Infantil de 2019 (ENANI-19), o qual mostrou que a região sul apresentou o maior índice de amamentação exclusiva entre crianças menores de seis meses, enquanto o nordeste obteve o menor percentual. Em contrapartida, os indicadores apontaram que os níveis de aleitamento materno continuado em crianças menores de 24 meses na região sul foram os menores do Brasil (ANDRADE; PESSOA; DONIZETE, 2018).

Diante da importância da amamentação para a saúde tanto da mãe quanto do filho, essa mini revisão de literatura possui o objetivo de compreender a relação entre os fatores que interferem na amamentação e condicionam o desmame em famílias de baixa renda.

METODOLOGIA

Trata-se de uma mini revisão integrativa que contempla cinco artigos, cujos resultados relevantes foram obtidos por diferentes autores acerca de uma mesma temática, proporcionando a síntese do conhecimento, com o intuito de agregar conceitos e informações para a construção do conhecimento científico baseado em evidências. Busca-se responder à questão norteadora: Qual a relação entre os fatores que interferem na amamentação e condicionam o desmame em famílias de baixa renda?

O desenvolvimento desta revisão integrativa foi realizado nas seguintes etapas: escolha da linha de pesquisa; escolha do tema; elaboração do problema; escolha dos descritores em Saúde; escolha das bases de dados; critérios de inclusão e exclusão; Busca das bases de dados; Leitura aprofundada e análise dos dados escolhidos.

A fim de elaborar a questão norteadora, foi utilizado a estrutura do PICO, na qual o P indica problema/ paciente, I corresponde a intervenção, C refere-se ao controle, O representa o outcome. Frente a isso, utilizou-se essas estruturas da seguinte forma: P indica família de baixa renda; I relata aleitamento materno; C não se aplica; O diz respeito ao desmame precoce.

As bases de dados utilizadas para a busca dos artigos foram BVS (Biblioteca Virtual da Saúde), Google Acadêmico e PubMed. A pesquisa dos artigos foi realizada a partir dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DECS): “Aleitamento materno, baixa renda e desmame precoce”. O operador booleano “AND” foi utilizado em meio aos descritores para a busca dos artigos selecionados.

No que diz respeito aos critérios de inclusão, utilizou-se artigos originais, publicados nos últimos 10 anos, em português e gratuitos. Sendo assim, os fatores excludentes foram: revisões, teses, dissertações, que estão fora do limite de anos estabelecido, e que diferem da língua portuguesa, como inglês e espanhol. Dentro dos critérios de inclusão foram encontrados 206 artigos e a partir dos critérios de exclusão, foram selecionados 5 artigos para a realização da mini revisão integrativa.

RESULTADOS

Neste trabalho, será descrito uma análise dos resultados apresentados pelos 5 artigos selecionados, sobre as dificuldades do aleitamento materno e o desmame precoce em famílias de baixa renda. A partir disso, elaborou-se um quadro que aborda de forma geral os resultados e conclusões dos artigos selecionados **Quadro 1**.

Conforme apresentado no quadro 1, os artigos apresentaram inúmeros resultados. De acordo com Moimaz et al. (2013) crianças amamentadas no primeiro mês seguinte ao nascimento foi 94,3% dos bebês, entretanto apenas 49,4% desse total recebiam aleitamento materno exclusivo e no terceiro mês a taxa de aleitamento exclusivo diminuiu para 13,8%. Em concordância a essa informação, observa-se que no estudo de Leal et al. (2014) das 77 mães entrevistadas, 17,86% fez a prática exclusiva de aleitamento materno até o sexto mês e 3,57% nunca amamentaram. Em contrapartida, sobre o perfil das

lactantes apresentado no estudo de Zaya; Contarine; Baptistini (2020), 26,66% interromperam a amamentação e das mães que mantiveram a amamentação, 63,63% não fazem o aleitamento materno exclusivo. Além disso, Moimaz et al. (2013) apresentou também que nenhum bebe continuou a ser amamentado exclusivamente até o sexto mês de vida e que ao final do sexto mês, quase metade dos bebês já tinham sido completamente desmamados.

Ao analisar o resultado dos estudos de Leal et al. (2014), observou-se uma relação direta com a escolaridade e a renda, concluindo que das 10 mães que apresentavam 1º e 2º ensino completo e superior incompleto, 100% delas pretendem amamentar seus filhos até o sexto mês e que as que possuíam renda menor que um salário mínimo totalizaram em 14 mulheres, apenas 11 delas falaram em amamentar seu filho até os seis meses de idade. Além disso, acerca das que interromperam a amamentação exclusiva, verificou-se que o fator mais significativo para essa decisão foi a localização, sendo que as de zona rural apresentaram maior prevalência na amamentação exclusiva do que na zona urbana.

A partir do estudo realizado por Oliveira et al. (2015) com a participação de 21 mulheres, foram apontadas as principais causas da diminuição do aleitamento materno sendo o déficit de conhecimentos, inexperiência e insegurança materna; banalização das angústias maternas pela equipe de saúde; intercorrências familiares; leite fraco ou insuficiente e trabalho materno. Em comparação a isso, o estudo feito por Zava; Contarine; Baptistini (2020), apresenta que os fatores que influenciaram na permanência da amamentação foram a baixa renda, escolaridade, idade materna, sendo que idades intermediárias possuem mais adesão, a quantidade de filhos, visto que as mais primíparas possuem 41% mais chances de interromper o aleitamento em comparação às mães múltíparas, e também a necessidade do retorno ao trabalho. Ainda, foi apontado que a maioria das entrevistadas eram donas de casa, mas, apesar de possuírem mais flexibilidade de horário, as taxas de aleitamento foram baixas. Já na análise realizada por Andrade; Pessoa; Donizete (2018) dentre as 52 mulheres entrevistadas, apenas 40% afirmaram terem amamentado até os 3 meses. Todavia, 31% das mulheres que deixaram de amamentar foi devido ao seu leite ser fraco ou insuficiente para o bebê e 27% devido à volta ao trabalho fora de casa. Além disso, no estudo traz que 92% das mães entrevistadas receberam informações de profissionais de saúde acerca do aleitamento materno exclusivo (AME). Em contraposto a isso, nota-se que no estudo feito por Moimaz et al. (2013) 83,4% das mães receberam orientações sobre a amamentação, pela equipe de saúde durante a gestação e 39,3% após esse período, além disso 76,2% das mães sabiam o período de ideal de amamentação exclusivamente, mas apenas 40,5% fizeram isso e 48,8% receberam ajuda de algum membro do sistema local de saúde sobre como realizar a amamentação.

Quadro 1. Resultados e conclusões dos artigos selecionados

AUTOR	DESENHO DE ESTUDO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÕES
MOIMAZ et al (2013)	Estudo Observacional de caráter longitudinal	Verificar conhecimentos de mulheres e orientações recebidas por elas sobre aleitamento materno, durante a gestação e após o nascimento dos bebês, e as influências destes sobre a prática da amamentação	- Crianças amamentadas no primeiro mês, foi de 94,3% (82) dos bebês, mas apenas 43 (49,4%) recebiam AM exclusivo. No terceiro mês, o aleitamento exclusivo diminuiu para 13,8% (12) e nenhum bebê continuou a ser amamentado exclusivamente até o sexto mês de vida. 83,4% das mães receberam orientações sobre a amamentação, pela equipe de saúde durante a gestação e 39,3% após. 76,2% das mães sabiam o período ideal de amamentação exclusivamente, mas 40,5% fizeram isso.	A educação em saúde, durante a gestação e após o nascimento dos bebês, é importante para a promoção de AM, entretanto somente a educação não foi suficiente para evitar o desmame precoce. É necessário também o acompanhamento das mães durante a lactação, a fim de informar e acompanhar essas mulheres.
LEAL et al (2014)	Estudo Observacional de caráter transversal	Avaliar o perfil de aleitamento materno exclusivo e identificar os fatores que levam ao desmame precoce no município de São Jose do Piauí	- Das 77 mães, 17,86% fez a prática exclusiva de aleitamento materno até o sexto mês e 3,57% nunca amamentaram. Das 10 mães que possuíam 1º e 2º completo e superior incompleto, 100% delas querem amamentar seus filhos até o sexto mês. 14 mães possuem renda menor que um salário mínimo, 11 delas afirmaram amamentar até o sexto mês. As taxas de amamentação exclusiva foram maiores no ambiente rural.	O que mais influenciou na decisão da mãe em dar ou não continuidade a pratica do aleitamento materno exclusivo foi a concepção de que a quantidade de leite produzida é insuficiente. Enfatizou-se a necessidade de implantar políticas de saúde que possuem como objetivo prestar assistência mais efetiva as mães e familiares, com a finalidade de aumentar o tempo de prevalência da amamentação
OLIVEIRA et al (2015)	Estudo descritivo	Conhecer a vivência de mães em relação à amamentação e as intercorrências que contribuem para o desmame precoce	- As causas na diminuição do aleitamento materno apresentadas foram: falta de conhecimento, inexperiência e insegurança materna; Intercorrências da mama puerperal; Interferências familiares; Leite fraco ou insuficiente; Trabalho materno.	O estudo confirma que o aleitamento materno é o melhor alimento para a criança. Além disso, orientam-se ajustes nos modelos de atenção atual, com ênfase nas ações de qualificação dos profissionais, buscando envolvimento e novos valores culturais que defendam essa prática

Continua...

<p>ANDRADE; PESSOA; DO- NIZETE. (2018)</p>	<p>Estudo descri- tivo</p>	<p>Investigar os fatores relacionados ao desmame precoce antes dos seis meses de vida</p>	<p>- Entre as 52 mulheres entrevistadas, 40% das mães entrevistadas afirmaram terem amamentado seu filho até os três meses de vida e que deixaram de amamentar devido seu leite ser fraco ou insuficiente para o bebê (31%). 27% deixaram de amamentar devido à volta ao trabalho fora de casa. 92% das mães receberam informações de profissionais de saúde sobre o aleitamento materno exclusivo (AME).</p>	<p>As principais causas para o desmame precoce seriam as crenças quanto ao leite materno ser fraco ou insuficiente para o bebê, o retorno ao trabalho e a má interpretação do choro do recém-nascido. Salienta-se a implementação de estratégias e ações educativas que priorizem a resolutividade quanto aos fatores destacados, e que, especialmente, busquem a orientação dos profissionais da saúde para esse grupo, algo já destacado nesse estudo.</p>
<p>ZAVA; CON- TARINE; BAPTISTINI. (2020)</p>	<p>Estudo Obser- vacional quali- tativo</p>	<p>Conhecer os fatores determinantes para não adesão ou interrupção do aleitamento materno exclusivo entre lactantes no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES.</p>	<p>- Os fatores analisados que influenciam a adesão da amamentação foram baixa renda, escolaridade, idade materna, e quantidade de filhos, visto que as mães primíparas possuem 41% mais chances de interromper o aleitamento. A necessidade de retornar ao trabalho também influencia. Sobre o perfil das lactantes, 26,66% interromperam a amamentação. Das mães que mantiveram a amamentação, 63,63% não fazem o aleitamento materno exclusivo.</p>	<p>Diversos fatores influenciam o desmame precoce, sendo que os principais são escolaridade, acesso aos serviços de saúde e renda familiar. Além disso, com relação ao acesso à informação e a idade materna, apesar de serem aspectos importantes em outras pesquisas, não interferiram de forma significativa na adesão ao aleitamento exclusivamente materno neste estudo.</p>

DISCUSSÃO

O principal fator de desmame precoce analisado pelos autores Leal et al. (2014) e Andrade; Pessoa; Donizete (2018), foi a crença de que a quantidade de leite produzido pelas mulheres seria insuficiente. Esse pensamento, pode estar vinculado ao desconhecimento das mães quanto à importância do seu leite, sobre como o leite é produzido em seu corpo e ao fato de relacionarem o choro do bebê à carência de alimento, o que nem sempre é correto.

Sobre a questão do choro do bebê, Andrade; Pessoa; Donizete (2018) chegou à conclusão de que 19,3% das mulheres deixaram de amamentar antes dos 6 meses de idade por esse motivo. Essa resistência da criança pode ser devido à introdução de outros bicos artificiais ou mamadeiras e o surgimento de dor ao ser posicionado para a amamentação.

Acerca das interferências familiares, nota-se que Oliveira et al. (2015) analisou que a figura da avó materna se configura como fator negativo para a manutenção do aleitamento materno, principalmente acerca do aleitamento exclusivo, uma vez que grande parte delas carregam consigo a herança cultural, onde são amparadas pelo conhecimento de seus costumes antepassados e afirmam que costumes como utilizar chás para suprir o leite fraco é necessário, contrariando os conhecimentos científicos. Em contraste, Leal et al. (2014) fala que o apoio familiar, principalmente o da avó do lactente, é de fundamental importância para que o aleitamento materno ocorra de forma adequada. Ademais, conforme Zava; Contarine; Baptistini (2020), outro fator que influencia na adesão à amamentação é a quantidade de filhos, pois as mães primíparas possuem 41% mais chances de desmamar precocemente, comparado às mães múltiparas.

Com relação à renda, os autores abordaram que quanto maior a remuneração familiar, maiores são as chances de manter a amamentação exclusivamente materna até os seis meses. Além disso, um outro fator abordado em todos os artigos, foi que o trabalho materno extra domicílio aprofunda a problemática, tornando-se um fator para a descontinuidade do aleitamento, visto que além de estar relacionado com a renda familiar, induz a separação precoce da mãe e da criança. Diante disso, nota-se que muitas mães utilizaram outros recursos para suprirem a alimentação dos seus filhos, uma vez que grande parte das mulheres não sabem realizar a ordenha correta e o armazenamento adequado do leite (MOI-MAZ et al, 2013; LEAL et al, 2014; OLIVEIRA et al, 2015; ANDRADE; PESSOA; DONIZETE, 2018; ZAVA; CONTARINE; BAPTISTINI, 2020).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), 2019, verificou-se as diferenças nas macrorregiões do Brasil em relação ao aleitamento materno exclusivo com a idade inferior a 4 meses, onde há maior prevalência na região sudeste (63,5%) e menor prevalência no Nordeste (55,8%). Em relação ao aleitamento exclusivo materno entre as crianças de 6 meses de idade houve maior predomínio na região sul (53,1%) e menor na região Nordeste (38%) no ano de 2019. Nas duas faixas etárias é observado um aumento significativo na porcentagem em relação aos

dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) dos anos de 1986, 1996 e 2006. Em contrapartida, na análise feita da prevalência de aleitamento materno continuado aos 12 meses e menos de 24 meses, apresentaram maior predomínio na região Nordeste (61,1%) e Norte (65,5%) respectivamente.

A partir da análise feita por Oliveira et al. (2015), Moimaz et al. (2013) e Andrade; Pessoa; Donizete (2018), existe a necessidade de orientar as mães e familiares acerca de como realizar corretamente a amamentação, utilizando a atenção primária e seus mecanismos de intervenção, além de fazer o acompanhamento das mães durante a lactação para evitar o desmame precoce. Entretanto, apesar do estudo afirmar a importância dessa prática, observa-se através do estudo realizado por Moimaz et al. (2013) que apenas 41 mulheres das 83 receberam ajuda profissional sobre como realizar a amamentação. Além disso, o autor afirma que as atividades de promoção, apoio e proteção ao aleitamento materno representam importantes estratégias para redução da morbidade infantil.

Diante desse estudo, foi possível verificar os diversos fatores responsáveis por influenciar no desmame precoce, sendo que, embora a renda seja um determinante fundamental, ela não é o principal fator que resulta nessa problemática.

CONCLUSÃO

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível evidenciar as questões relacionadas ao desmame, tanto parcial, quanto total. Sendo assim, foi possível verificar que os principais fatores que acarretam o desmame precoce são a in experiência materna, a localização, a escolaridade, a idade materna, a renda familiar, a quantidade de leite, a falta de orientação das mães acerca da necessidade e de como fazer corretamente a amamentação e, principalmente, o trabalho extra domiciliar. Apesar de a pesquisa buscar a influência que a baixa renda possui frente ao desmame precoce, nota-se que esse fator não foi o principal agravante observado, porém ele possui uma significativa relação com a problemática. Dessa forma, pode-se afirmar que essa mini revisão cumpriu com os objetivos propostos, contribuindo para maiores conhecimentos acerca dos fatores que levam ao desmame precoce. No entanto, é necessário que novas pesquisas sejam realizadas, uma vez que, embora esse tema seja fundamental para a compreensão dos hábitos, há poucas pesquisas recentes aprofundando melhor o assunto, mostrando-se como um fator limitante no desenvolvimento desta pesquisa. Portanto, esse estudo se faz necessário para que os profissionais de saúde estejam cada vez mais engajados em assistir as mulheres no processo de amamentação, buscando diminuir as taxas elevadas do desmame precoce.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, H. S.; PESSOA, R.A.; DONIZETE, L.C.V. Fatores relacionados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 40, n. 13, p. 1-11, 2018. Disponível: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1698/909>> Acessado em: 6 maio 2022.

ENANI - Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil. **Resultados preliminares - Indicadores de aleitamento materno no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, agosto 2019. Disponível: <<https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio-preliminar-AM-Site.pdf>>. Acessado em: 22 maio 2022.

LEAL, A. B., et al. Perfil do aleitamento materno exclusivo e fatores determinantes do desmame precoce em município do semiárido da Região Nordeste. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 3, n. 16, p. 84-91, jul-set., 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/artigo%20sobre%20aleitamento%20materno%20e%20desmame%20precoce%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/artigo%20sobre%20aleitamento%20materno%20e%20desmame%20precoce%20(2).pdf)>. Acessado em: 6 maio 2022.

MOIMAZ, S. A. S., et al Desmame Precoce: Falta de Conhecimento ou de Acompanhamento? **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v.13, n. 1, p 53-59, janeiro-março, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/637/63727892008.pdf>>. Acessado em: 6 maio 2022.

OLIVEIRA, C. M., et al. Amamentação e as intercorrências que contribuem para o desmame precoce. **Revista Gaúcha de Enfermagem [online]**. v. 36, n. spe p. 16-23, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.56766>>. ISSN 0102-6933. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.56766>. Acessado em: 6 de Maio 2022.

ZAVA, D. M. R. S.; CONTARINE, E. S.; BAPTISTINI, R. A. FATORES QUE INTERFEREM NA ADESÃO E MANUTENÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO. **Cadernos Camilliani**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 2227-2249, out., 2021. Disponível em: <<https://www.saocamillo-es.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/434>>. Acessado em: 06 maio 2022.

.